

# DEMOCRACIA IMPORTA PARA A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS? UMA ANÁLISE EMPÍRICA EMPREGANDO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA

## DOES DEMOCRACY MATTER FOR THE PRICE STABILIZATION? AN EMPIRICAL ANALYSIS USING A BINARY LOGISTIC REGRESSION MODEL

Pedro Cardoso Saraiva Marques\*

**Resumo:** Atualmente, uma vasta literatura na economia política se dedica a compreender como instituições políticas afetam a dinâmica econômica de um país. Dentre essas pesquisas, há quem busque identificar como ciclos políticos, regimes políticos e estabilidade institucional influenciam variáveis econômicas. Com base nessa agenda de estudos empíricos, o presente trabalho empenha-se em analisar a relação entre democracia e taxa de inflação. Ancorando esse problema de pesquisa em teorias modernas da democracia, argumenta-se que a população tende a punir eleitoralmente partidos que proveem um nível geral de preços insatisfatório. Deriva-se daí a hipótese de que regimes políticos mais democráticos tendem a apresentar taxas de inflação menores. Para testá-la, empregou-se uma abordagem de regressão logística para 134 países no ano de 2016, a partir de uma distinção binária entre países com inflação acima e abaixo da média. Pôde-se concluir que a democracia reduz a probabilidade de um país ter uma taxa de inflação alta, mas também sugere que a estabilidade do regime é importante.

**Palavras-chave:** Economia política. Instituições políticas. Democracia. Inflação. Regressão logística binária.

**Abstract:** Nowadays, a vast literature on political economy is dedicated to understand how political institutions affect a country's economic dynamics. Among these researches, there are those who seek to identify how political cycles, political regimes and institutional stability influence economic variables. Based on this empirical studies agenda, the present work strives to analyze the relationship between democracy and inflation rates. Anchoring this research problem in modern democracy theories, it is argued that the population tends to electorally punish Political Parties that provide an unsatisfactory general price level. Hence, the hypothesis supposes that the more democratic regimes tend to have lower inflation rates. In order to test it, a logistic regression approach was used in 134 countries with 2016 data, based on a binary

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFPB. E-mail: pedrocarsamar@gmail.com.

distinction between countries with below or above the average inflation. It can be concluded that democracy reduces the likelihood of a country having a high rate of inflation, but it also suggests that the stability of the regime is also an important factor.

**Keywords:** Political economy. Political institutions. Democracy. Inflation. Binary logistic regression.

## 1 Introdução

Tornou-se corriqueiro, na economia política, o desenvolvimento de trabalhos que busquem identificar os efeitos das instituições políticas sobre a dinâmica da economia. Há quem se dedique, por exemplo, a estimar como a renovação cíclica de representantes afeta a alocação de preferências por bens públicos (MENEZES; SAIANI; ZOGHBI, 2011; SAKURAI, 2009) ou a disposição a fazer investimento privado (CANES-WRONE; PARK, 2012). Outros relacionam regime político e estabilidade institucional ao crescimento econômico (ACEMOGLU *et al.*, 2014; FITTIPALDI *et al.*, 2017; RODRICK; WACZIARG, 2005; SEN *et al.*, 2017) e outros indicadores macroeconômicos (ANDERSON, 2001; FENIRA, 2014). Inspirando-se nessa agenda de pesquisa, o presente trabalho busca compreender os determinantes político-institucionais do nível geral de preços para 134 países em 2016. Mais especificamente, indaga se regimes democráticos, na média, reduzem as chances de se verificar um processo inflacionário intenso.

Partindo de teorias contemporâneas da democracia, esse regime é aqui compreendido pelos instrumentos disponíveis para a regulação das elites políticas. Na Ciência Política, o trabalho de Schumpeter (2017) figura como uma referência seminal para definir que instrumentos são esses. Segundo o autor, democracias se caracterizam pelos mecanismos conferidos à população para eleger seus representantes de forma periódica e competitiva (SCHUMPETER, 2017). Já Dahl (2002), outra figura importante, argumenta que tais mecanismos apenas se referem à dimensão de participação política em uma democracia, isto é, à abrangência do sufrágio. Em seu entender, sistemas dessa natureza também implicam uma dimensão de contestação pública, qual seja: a possibilidade de indivíduos e grupos se organizarem e expressarem livremente sua opinião a respeito da atuação de suas elites. Dahl também argumenta que os dois aspectos mencionados, na prática, caracterizam poliarquias<sup>1</sup>, sendo essas uma aproximação razoável ao regime democrático. Portanto o termo democracia é aqui empregado para se referir a regimes poliárquicos.

Dadas as características comuns a um regime democrático moderno, parte-se da hipótese ( $H_1$ ) de que poliarquias favorecem um menor nível geral de preços. A saber, supõe-se que a renovação cíclica das elites políticas mediante sufrágio popular e a existência de debate público induzem os governantes a se preocuparem em prover taxas de inflação menos acentuadas. Como o aumento generalizado de preços deteriora o poder de compra da população e acirra conflitos distributivos, pode-se, por exemplo, supor que haja uma disposição dos eleitores a punir partidos incumbentes que falhem em manter os preços sob um nível adequado. Os subsídios e os problemas

---

<sup>1</sup> Governo de muitos.

teóricos dessa hipótese são descritos mais à frente, a partir da literatura sobre representação democrática.

Apesar dessas considerações, não se descarta a possibilidade de regimes autoritários se preocuparem em manter a taxa de inflação em um patamar tolerável. Em tais sistemas, a preocupação com o desenvolvimento econômico ou com a prevenção de insurreições *antiestablishment* podem representar estímulos para que não se gerem pressões inflacionárias. Nesse ponto, duas questões merecem destaque. Primeiramente, o trabalho não faz distinção entre os subtipos de sistemas autoritários (baseado em partido, junta militar ou autocracia personalista), dos quais se pode esperar diferenças em seu desempenho econômico (KAR *et al.*, 2017). Em segundo lugar, pressupõe-se que a inflação<sup>2</sup> seja um tema mais sensível nas democracias devido à possibilidade de punição mediante voto retrospectivo.

Para testar a hipótese ( $H_1$ ), este trabalho vale-se de um modelo de regressão logística binária. Sua utilização busca analisar como instituições democráticas influenciam as chances de um país ter uma taxa de inflação alta. Esse objetivo central é operacionalizado mediante adoção da métrica de democracia do *Polity IV Project*, um indicador desenvolvido para mensurar qualidades do regime político que se aproximam das dimensões de participação política e contestação pública levantadas por Dahl. Mais especificamente, mensura-se: a competitividade e a abertura no processo de seleção para o cargo do poder executivo, as restrições ao exercício desse cargo e, finalmente, a competitividade e regulação da participação política (que, apesar da terminologia, refere-se a “como preferências políticas são expressadas”) (GURR; JAGGERS; MARSHALL, 2017, p. 25, tradução do autor).

Adicionalmente, são incluídas variáveis de controle para isolar os efeitos do sistema político sobre o nível geral de preços, tal como justificadas a seguir. Primeiramente, é necessário discernir entre os meios disponíveis pelos governantes para influenciar a taxa de inflação. A presença de um banco central com algum grau de independência de pressões políticas já é responsável por conduzir uma política de estabilização de preços sob critérios técnicos (RESENDE, 2017). Para tanto, a autoridade monetária pode, em tese, ser altamente insulada ou gozar de autonomia relativa e operacional na provisão da política monetária, como é o caso do Banco Central do Brasil (RIBEIRO, 2017). Por essa razão, inclui-se o grau de independência do banco central como variável de controle, de modo a isolar o papel que as autoridades efetivamente eleitas exercem na condução de políticas econômicas que venham a ter alguma influência sobre os preços.

Finalmente, inspirando-se em Fittipaldi *et al.* (2017), adota-se uma medida de estabilidade do regime político como outro fator influente na dinâmica econômica. Em seu trabalho sobre os determinantes do crescimento econômico, os autores constatam que a durabilidade do sistema, em países latino-americanos, ajuda a explicar a variabilidade do crescimento econômico. Para os propósitos deste artigo, pressupõe-se que a durabilidade é uma boa *proxy* tanto de estabilidade institucional quanto de memória das regras do jogo, e que a presença dessas duas condições proporciona uma maior previsibilidade do comportamento político-econômico. Por extensão, as expectativas dos indivíduos tornam-se melhor ancoradas, condicionando um nível

---

<sup>2</sup> O termo é aqui definido como o aumento generalizado e duradouro dos preços (NEVES; VICECONTI, 2000).

geral de preços mais baixo. O *Polity IV Project* também provê um indicador para mensurar o número de anos desde que um país passou por uma reforma política profunda.

Este trabalho cogitou incluir a taxa de desemprego por ser recorrentemente associada ao nível de preços<sup>3</sup>. No entanto a base de dados possui muitos *missings*, o que reduziria significativamente a amostra dos dados na regressão logística.

Com exceção da introdução, o texto encontra-se dividido em quatro outras partes. No tópico seguinte, são feitas considerações teóricas, entre as quais se destacam: 1) a posição deste trabalho na agenda de estudos sobre a relação entre instituições políticas e economia; 2) além dos nexos teóricos existentes entre regime democrático e nível de preços. Em seguida, as métricas das variáveis e suas distribuições são discutidas mais detalhadamente. Na terceira seção, por sua vez, as especificações do modelo são exibidas junto aos resultados empíricos e sua devida análise. O artigo se encerra com suas conclusões a respeito de tudo que foi exposto, enfatizando as implicações políticas do estudo.

## 2 É possível estabelecer relação entre regime político e nível de preços?

Ao contrário do que argumentos essencialmente econômicos sugeririam, a alocação de recursos não é conduzida em um vácuo societal, isto é, não se apresenta deslocada das condições sociais e políticas que lhe subjazem. A atividade econômica pressupõe processos complexos de tomada de decisão, que, por sua vez, implicam não só uma disposição racional do indivíduo, mas, sobretudo, regras e estímulos que afetam suas expectativas e seu acesso à informação, influenciando diretamente a qualidade de seu cálculo econômico e de sua reação às circunstâncias postas.

Em outras palavras, repete-se um mantra comum na Ciência Política contemporânea: as instituições importam (DIERMEIER; KREHBIEL, 2001; SHEPSLE, 2007). Essas são aqui genericamente definidas como as regras formais ou informais responsáveis por induzir certos comportamentos individuais ou coletivos na medida em que distribuem incentivos e oportunidades de ação (NORTH, 1990). Por exemplo, instituições democráticas pressupõem diversas regras ao definir os critérios da participação política da população: quantos votos são necessários para eleger um representante e como são contabilizados, que partidos podem disputar eleições, a abrangência do sufrágio, o calendário eleitoral, os processos internos nos fóruns parlamentares, as restrições existentes à tomada de decisão dos representantes eleitos etc. A lógica por trás de tal mantra é que as regras do jogo político, no longo prazo, condicionam tanto o escopo de decisões públicas, quanto o comportamento de indivíduos fora do governo. Por extensão, subentende-se que a alocação de recursos econômicos também é influenciada por tais regras direta ou indiretamente (NORTH, 1990).

Para ilustrar esse ponto, apresentam-se, logo à frente, algumas pesquisas que evidenciam diversas conexões entre instituições políticas e a variação de indicadores econômicos importantes, sugerindo que o presente texto encaixa-se, de alguma forma, nessa agenda.

<sup>3</sup> Essa associação costuma ser ilustrada pela Curva de Phillips, que originalmente demonstrou uma relação inversa entre as duas variáveis.

## 2.1 Arranjo institucional enquanto um fator condicionante da atividade econômica

Como primeiro exemplo, é válido destacar a importância das regras do jogo a partir do fenômeno de ciclos político-econômicos. Sob essa vertente de estudo, os pesquisadores buscam demonstrar que o calendário eleitoral exerce uma influência importante sobre certos aspectos da economia política. Sakurai (2009), por exemplo, evidencia que o período pré-eleitoral tem impacto sobre a realocação de recursos entre rubricas orçamentárias nos municípios brasileiros, sugerindo que o partido incumbente altera as prioridades de aplicação das verbas com vistas à reeleição. Já Menezes, Saiani e Zoghbi (2011) apresentam evidências de que as chances de reeleição de um prefeito são reduzidas ao se desviarem das preferências do eleitor mediano<sup>4</sup> por determinadas rubricas.

Por sua vez, Canes-Wrone e Park (2012) demonstram empiricamente que períodos pré-eleitorais caracterizados por um grau considerável de incerteza política desestimulam o investimento privado de capital fixo em países da OCDE. A explicação desse padrão seria que, tendo maior dificuldade para prever o resultado eleitoral e as políticas públicas subsequentes, as famílias e os empresários hesitam em fazer empreendimentos cujo custo de reversão é muito alto em função da baixa liquidez do capital fixo.

Também uma literatura consideravelmente ampla ressalta os efeitos do regime político sobre a variação no crescimento econômico. A partir de diversas estratégias metodológicas, Acemoglu *et al.* (2014, p. 29) apontam que processos de democratização induzem maior crescimento econômico: em suas principais especificações, estima-se que esse aumento se dê na ordem de 20 a 25% nos 25 anos posteriores à democratização. Em sua avaliação, as instituições democráticas tendem a criar condições favoráveis ao crescimento econômico: reformas, maior provisão de serviços públicos fundamentais (como escolaridade primária e saúde), maior investimento, maior arrecadação de impostos e menor tensão social. Rodrick e Wacziarg (2005) também sugerem haver relação positiva entre democracia e crescimento em países pobres e etnicamente diversos.

Em seu turno, a partir de outro desenho de pesquisa, Fittipaldi *et al.* (2017) não encontram evidências de que a democracia favoreça maior crescimento econômico na América Latina. Ainda podem notar que a durabilidade do regime político (independente de sua natureza) favorece o desenvolvimento, reforçando a importância da estabilidade institucional para os processos de tomada de decisão dos atores econômicos. Já Sen *et al.* (2017) debruçam-se sobre a relação causal entre regime político e episódios de crescimento e decrescimento econômico. Conforme seus resultados indicam, não se constata que episódios de crescimento sejam mais prósperos em democracias. Por outro lado, instituições democráticas aliviam choques de decrescimento com maior eficácia.

Finalmente, pode-se mencionar duas pesquisas que verificam a importância das instituições para a estabilidade macroeconômica. Anderson (2001), valendo-se de uma amostra em países

---

<sup>4</sup> Considerando que as preferências dos eleitores assumam uma distribuição normal em uma eleição majoritária, vence o programa de governo mais próximo ao eleitor mediano (MENEZES; SAIANI; ZOGHBI, 2011, p. 26). Tal eleitor representa o conjunto de indivíduos cujas preferências estão mais ao centro da distribuição, podendo pender tanto para um lado quanto para o outro.

da OCDE, aponta que democracias com regra de representação proporcional induzem maior taxa de inflação em comparação a sistemas com eleições majoritárias. Baseando-se na teoria da ação coletiva de Mancur Olson (2002), o autor interpreta que a representação proporcional dificulta a criação de acordos políticos, dados a fragmentação do legislativo e o número maior de atores a serem articulados, prejudicando a capacidade de estabilizar preços.

Enquanto isso, Fenira (2014) modela o efeito das instituições democráticas sobre a aceleração dos preços a partir de dados em painel para o período 1996-2012. Valendo-se de uma amostra tanto diversificada de países quanto de nações em desenvolvimento, o autor identifica que o regime democrático induz o arrefecimento dos preços em relação a regimes autoritários. Além disso, seu trabalho desafia a tese de que as preferências do eleitor mediano de países em desenvolvimento favorecem a eleição de representantes comprometidos em expandir bens públicos e serviços de forma desequilibrada, acelerando o nível de preços. Ao contestar esse argumento, Fenira sugere que, em regimes democráticos, o poder executivo encontra-se limitado por constrangimentos institucionais, partilha de poderes, maior participação política e liberdade de questionar a atuação do governo em um ambiente de transparência. Tais elementos, por um lado, 1) criam condições desfavoráveis para o poder executivo atuar com irresponsabilidade fiscal e negligência diante de processos inflacionários; e, por outro lado, 2) induzem a cooperação e a eficácia de mecanismos de estabilização dos preços. Essa explicação apresenta pontos pertinentes, mas deixa de trabalhar dilemas da representação democrática que são destacados a seguir.

Portanto vale reforçar que o complexo processo de tomada de decisões econômicas está intimamente vinculado às instituições políticas que lhe subjazem. Reconhecendo esse ponto, o presente artigo busca oferecer sua própria contribuição para a agenda de estudos acerca dos nexos entre a política e a economia. Mais especificamente, reforça que a inflação não é um fenômeno de raízes puramente econômicas, estando também sob a influência de fatores institucionais. No entanto, embora seja possível estabelecer relações estatísticas entre esses fenômenos, há boas ressalvas para se levantarem a respeito de seus nexos estritamente causais.

## 2.2 Limites e possibilidades

Como já antecipado na introdução, o presente trabalho se baseia na hipótese de que regimes democráticos favorecem baixas taxas de inflação. Em um exame mais específico, acredita-se que essa relação causal se estruture mediante: 1) prestação de contas vertical (entre representantes e representados); 2) prestação de contas horizontal (entre os próprios burocratas e instituições); ou 3) pela visão prospectiva dos representantes políticos.

A primeira possibilidade equivale a dizer que a aceleração generalizada de preços encontra-se de maneira recorrente entre as preocupações do eleitorado e, portanto, podem induzi-lo a punir representantes que negligenciem esse aspecto macroeconômico. Quanto ao segundo item, admite-se que a partilha de poderes também podem atuar horizontalmente de forma a restringir possíveis políticas que potencialmente exerçam pressão inflacionária. Finalmente, conjectura-se que processos inflacionários alterem as expectativas de reeleição das elites no poder, constrangendo suas ações.

Para os propósitos deste trabalho, atribui-se uma ênfase maior ao primeiro e ao terceiro itens. No que diz respeito à prestação de contas, supõe-se que o eleitorado tenha certa capacidade, em uma democracia, de avaliar retrospectivamente como sua qualidade de vida se alterou, a partir de uma percepção (ainda que imperfeita) de seu próprio poder de barganha. Complementarmente, o terceiro nexos indica um cálculo prospectivo das lideranças políticas. No entanto, como se pode ver a seguir, esses aspectos não são condições suficientes para que a participação popular se traduza nas políticas desejadas pelo eleitor.

Antes de mais nada, cabe salientar que essa discussão invariavelmente traz à tona o conceito de representação política formal. No âmbito deste artigo, o emprego desse conceito pressupõe que haja um ator político (legitimado por meio do voto) representando as preferências de sua clientela (ou do eleitorado em geral) dentro de um contexto específico (DOVI, 2018). Apesar de inócuos, à primeira vista, os desdobramentos dessas características mais gerais não são tão simples quanto parecem. Uma primeira dificuldade está na existência de duas tendências paradoxais que persistem ao debate e à prática da representação política. Por um lado, tem-se a abordagem de delegação (*delegate*), segundo a qual os representantes são mandatários intimamente vinculados às preferências de sua clientela, sendo sua responsabilidade implementar exatamente o que seu eleitorado demanda. Por outro lado, tem-se a perspectiva de representantes de confiança (*trustee*), conforme a qual os políticos deveriam ter uma ampla margem de liberdade para agir em função daquilo que avalia ser do interesse geral.

Embora essa controvérsia apresente um caráter explicitamente normativo, também se mostra importante para compreender como as instituições democráticas modernas se estruturam. Na prática, é natural que os representantes desfrutem de uma margem considerável na formulação de políticas públicas. Também não é menos comum que representantes se vinculem a nichos específicos do eleitorado e atendam a interesses específicos. O paradoxo está no fato de que, apesar de os atores políticos manterem sua liberdade de atuação garantida juridicamente (uma vez que tenham sido autorizados pelo sufrágio), em movimento contrário, os representantes devem prestar contas à sua clientela, tendo em vista que se elegeram sob a promessa de atender a determinados interesses, cuja não satisfação pode comprometer sua reeleição.

A questão torna-se mais complexa quando o político se defronta com o seguinte dilema: determinadas políticas, mesmo sendo da preferência de sua clientela, podem prejudicá-la mais do que auxiliá-la, o que acaba enfraquecendo sua reeleição ou a ascensão de um correligionário que desse representante público deseje apoiar futuramente. Para problematizar e elucidar melhor questões como essas, Manin, Przeworski e Stokes (2006) distinguem entre o que seria uma representação por mandato e uma representação por prestação de contas.

A primeira se realiza quando: os eleitores têm acesso às propostas de seu candidato, estando assim capacitados a criar expectativas sobre seu desempenho futuro; e o representante age efetivamente em função dessas expectativas, uma vez empossado no cargo. Tendo o ator político sido autorizado formalmente a agir segundo seu próprio juízo, a situação em que ambas as condições encontram-se satisfeitas, grosso modo, seria algo efetivamente mais próximo da representação por delegação (*delegate*). O detalhe é que a concretização dessa forma de representação aponta para outros problemas. Por exemplo, elite e clientela podem não compartilhar

da crença na eficácia das políticas, o que pode criar distorções no mandato. Além disso, as circunstâncias podem se alterar, tornando as políticas prometidas em campanha inadequadas sob o novo contexto, o que exige mudanças na postura anteriormente reivindicada pelas elites. Mais grave ainda é quando os políticos conseguem obter apoio eleitoral em troca de benefícios alheios às promessas de campanha, tornando-o despreocupado quanto à possibilidade de sofrer sanções eleitorais futuras por não ter concluído o que se propôs a fazer, descaracterizando a própria representação por mandato.

Enquanto o primeiro modelo admite um caráter mais prospectivo, a representação por prestação de contas pressupõe um comportamento mais retrospectivo do eleitor (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). Da mesma forma, a sua ocorrência encontra-se atrelada às seguintes condições: o voto é um instrumento empregado pelos indivíduos para autorizar (ou desautorizar) a permanência de seus representantes conforme o sucesso que obtiveram em contemplar as preferências da clientela ao longo de seu mandato. Assim a formulação de políticas públicas desejáveis é central para aumentar as chances de reeleição das elites políticas, em função do comportamento retrospectivo da população votante. Portanto essa forma de representação pressupõe que os cidadãos sejam minimamente informados sobre a gestão de seus políticos para formarem algum juízo de valor sobre seu desempenho e embasarem racionalmente suas decisões nas urnas. Um dos problemas de se conjecturar de tal maneira é a real dificuldade do indivíduo em discernir quais representantes são responsáveis pela situação do país, especialmente em governos de coalizão, nos quais existe uma multiplicidade de pontos de veto. Ainda, os partidos que se apresentam como alternativa ao incumbente devem efetivamente ter interesse em assumir o poder e, em razão disso, manter a sociedade informada das falhas cometidas pelos políticos da situação em atender às demandas da população. Do contrário, a representação por prestação de contas torna-se falha.

Na realidade, o processo eleitoral em si compreende comportamentos pouco racionais. O próprio exercício do sufrágio é uma irracionalidade, tendo em vista que a fração de influência do eleitor sobre o resultado final da competição é irrisória diante de um volume imenso de votantes (DOS SANTOS, 2017). Por outro lado, apesar de o comportamento utilitário existir, os critérios empregados para escolher candidatos podem ser muito pouco precisos (DOS SANTOS, 2017). Quando muito, o comportamento eleitoral pode ser caracterizado por racionalidade limitada, isto é, um cálculo de utilidade deve existir, porém circunscrito a constrangimentos cognitivos, informacionais, temporais etc.<sup>5</sup>.

O que se pode apreender disso é que, em geral, os canais democráticos de efetivação dos interesses da população possuem diversas limitações. Neste trabalho, isso é crucial para melhor compreender a relação entre regime político e taxa de inflação. Afinal, como se pode dizer, com alguma garantia, que os cidadãos fazem uso do voto para punir ou conduzir seus representantes em função das condições macroeconômicas? Seria necessário admitir que os indivíduos têm algum conhecimento da intenção de reduzir a taxa de inflação e que os políticos eleitos têm incentivos para cumprir as promessas feitas em campanha. Ou seria o caso de o cidadão ter

---

<sup>5</sup> Essa definição é atribuída a Herbert Simon e pode ser encontrada em Marques (2013), ainda que este discuta o conceito no contexto de formulação e implementação de políticas públicas.

informação sobre os responsáveis pela alta de preços e dispor de alternativas para influenciar a formulação de políticas públicas. A pressuposição de que este seja o caso, por outro lado, permanece nebulosa.

A partir dessas perspectivas e de suas limitações, no entanto, o presente texto mantém a postura de que, em média, as instituições democráticas facilitam a satisfação dos interesses do eleitorado mediante seus canais de representação e controle. Claramente, não é verdade que a desaceleração dos preços esteja entre as prioridades da população em qualquer circunstância. Tampouco é verdadeiro que, havendo esse interesse, os representantes eleitos necessariamente o concretizem como esperado. Ainda assim, regimes democráticos são mais porosos a possíveis demandas de estabilização dos preços, o que é uma vantagem sobre regimes mais autoritários, cuja manutenção das elites apresenta-se menos sensível à opinião pública. Havendo espaço de contestação pública, também há maior possibilidade de a oposição utilizá-la para convencer a população de quem é responsável pelos problemas da conjuntura do país. E, feitas essas ressalvas, dá-se continuidade ao trabalho apresentando as variáveis utilizadas na composição do estudo empírico.

### 3 Variáveis e especificações do modelo

Seguindo o plano teórico e prático traçado para este estudo, nesta seção, serão tratadas as especificações do modelo de regressão logística binária, juntamente com os resultados empíricos coletados, e sua devida análise.

#### 3.1 Métrica e análise descritiva

Com base nesses fundamentos teóricos, este trabalho pressupõe que regimes democráticos tendem a produzir melhores condições inflacionárias. Essa hipótese requer que o instrumento de renovação de elites possibilite, dentre outras coisas, a punição de governantes que negligenciem o aumento dos preços. Para avaliar a pertinência deste argumento, emprega-se uma regressão logística binária sobre 134 países no ano de 2016. O critério para a seleção desses países é primariamente a disponibilidade simultânea de dados sobre taxa de inflação, regime político e independência do Banco Central<sup>6</sup>. Adicionalmente, Venezuela e Sudão do Sul foram excluídos por apresentarem casos extremos de inflação (274% e 480% respectivamente), o que enviesaria a estimação. Já o ano de 2016 foi escolhido pela ausência de um banco de dados mais recente para o indicador que mensura independência formal do Banco Central<sup>7</sup>.

Em função do modelo de regressão utilizado, adota-se uma variável dependente binária para o nível de preços ( $\pi$ ) com base na média de inflação de todos os países da amostra. Casos com taxa de inflação igual ou acima da média (3,77%) assumem o valor 1 e regiões com uma taxa de inflação menor que a média são codificados como 0. A partir do modelo de regressão logística, é possível identificar como o regime político afeta as chances de um país ter uma taxa

<sup>6</sup> Adicionalmente, Venezuela e Sudão do Sul estão de fora por apresentarem casos extremos de inflação que enviesariam a estimação (274% e 480% respectivamente).

<sup>7</sup> A pesquisa foi desenvolvida, primariamente, entre o final de 2019 e o início de 2020.

de inflação acima da média. Finalmente, essa variável é construída a partir de dados de inflação de fim de período disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional.

O indicador utilizado para mensurar o regime político dos países foi o Polity2 ( $p$ ), fornecido pelo banco de dados do *Polity IV Project*, iniciativa do *Center for Systematic Peace*. Esta medida é uma versão alternativa ao indicador convencional Polity. Assim, alguns casos excepcionais de regime político como intervenção externa, interregno ou transição são codificados fora da escala que varia de -10 (autoritarismo) a +10 (democracia). O Polity2 padroniza esses casos especiais, recodificando-os dentro desse intervalo.

Vale ressaltar que essa medida para a democracia não está livre de controvérsias, pois sua métrica dá maior ênfase de contestação do regime democrático, sendo menos preciso no parâmetro de participação. Kellstedt e Whitten (2018) argumentam que a medida é pouco sensível à expansão do sufrágio eleitoral e à aquisição de direitos políticos. O presente trabalho admite essa limitação, mas vale argumentar que ela não compromete o estudo.

Para medir se a durabilidade do regime, independente de sua natureza, influencia um país ter inflação alta, recorre-se ao indicador *durable* ( $d$ ), também disponibilizado pelo *Polity IV Project*. Esse indicador mede o número de anos que um determinado país passou desde a última vez em que sofreu uma grande mudança e seu regime político. Tal mudança no regime é aqui entendida como a alteração de três pontos na escala de democracia.

Por último, tem-se a variável independência do Banco Central ( $\varphi$ ). Essa mensura o quanto a instituição encontra-se formalmente insulada de pressões políticas numa escala de 0 (dependente) a 4 (independente) e foi fornecida pelo *Institutional Profile Database*<sup>8</sup>. Recorrendo ao achado de Anderson (2001), segundo o qual a independência do Banco Central reduz a inflação em países da OCDE, espera-se que a relação desempenhada por essa variável no modelo aqui estimado seja negativa. O mesmo se pensa da taxa de desemprego, dada a relação negativa prevista pela Curva de Phillips.

As variáveis encontram-se resumidas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Variáveis selecionadas para o modelo

Notação	Variável	Tipo	Fonte
$\pi$	Inflação	Nominal	Fundo Monetário Internacional
$p$	Democracia	Ordinal	<i>Polity IV Project</i>
$d$	Estabilidade institucional	Discreta	<i>Polity IVProject</i>
$\varphi$	Independência do Banco Central	Ordinal	<i>Institutional Profile Database</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto às características dos dados, a Tabela 1 apresenta uma análise descritiva das variáveis utilizadas. Inicialmente, é importante destacar que o banco de dados cobre toda a escala de regime político, desde o ponto mais autoritário (-10) ao ponto mais democrático

<sup>8</sup> O código do indicador é C402v.

(+10), possibilitando o contraste entre sistemas políticos muito distintos. Por outro lado, nos países autoritários, que apresentam valores negativos, predominam percentuais abaixo de 25%; isto é, sua representação na amostra é pequena em comparação às poliarquias. Apesar dessa sub-representação, os três quartis contemplam regimes em patamares muito diferenciados. Por fim, vale enfatizar que, em média, os países são democráticos a um patamar de 4,48 pontos do Polity2.

Quanto à durabilidade do regime, estão inclusos desde países que não tiveram tempo para amadurecer suas instituições políticas, até países que permaneceram 200 anos com o mesmo regime político. Em média, os países apresentam aproximadamente 32 anos de estabilidade em suas instituições políticas. Há também uma dispersão considerável, como demonstrado pelo desvio padrão de 34,68. Isto é, tipicamente, os países se desviam da média em 34,68 pontos para mais ou para menos.

Tanto bancos centrais dependentes quanto independentes estão contemplados no banco de dados. A média (2,8) e a mediana (3) do grau de independência são razoavelmente próximos, sugerindo não haver grandes discrepâncias na amostra. O grau de insulamento aparenta estar proporcionalmente distribuído conforme os valores expressos pelos quartis.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Estatísticas descritivas		$p$	$d$	$\varphi$
Número de observações		134	134	134
Média		4,48	32,22	2,8
Desvio padrão		6,02	34,68	1,21
Quartis	25%	-1	11	2
	50%	7	23,5	3
	75%	9	41	4
Valor mínimo		-10	0	0
Valor máximo		10	207	4

Fonte: Elaborada pelo autor.

### 3.2 Modelagem estatística

Para mensurar como os fatores referidos acima afetam a chance de um país ter uma taxa de inflação alta, estima-se um modelo de probabilidade. A partir de modelos desse gênero, pode-se calcular a probabilidade da expectativa de uma condição qualitativa ser satisfeita conforme os valores das variáveis explicativas empregadas. Tal lógica pode ser formalizada da seguinte maneira:

$$P = E(Y = 1|X_i) \quad (1)$$

Isto é, a probabilidade predita ( $P$ ) equivale à expectativa condicional ( $E$ ) da variável dependente  $Y$  ser igual a 1, levando-se em consideração as variáveis independentes ( $X_i$ ). No

contexto deste artigo, a condição qualitativa é a taxa de inflação ser igual ou maior que a média ( $\pi = 1$ ).

Essa característica é comum entre as várias formas de estimação de probabilidade existentes. Porém, mais especificamente, a abordagem utilizada no estudo foi o modelo de regressão logística binária, que, apesar de seguir essa formulação genérica, traz consigo outras duas características que a distinguem (embora não lhes sejam exclusivas). Primeiramente, a probabilidade estimada para a satisfação da condição  $Y = 1$  permanece estritamente dentro da escala de 0 a 1, mesmo que as variáveis independentes tendam ao infinito (GUJARATI; PORTER, 2011). Em segundo lugar, a relação entre a variável resposta e as explicativas é mensurada a partir de uma função de distribuição acumulada: isto é, a expectativa da condição ser satisfeita é menos sensível aos efeitos das variáveis independentes ( $X_i$ ) à medida que essa probabilidade se aproxima dos extremos 0 ou 1 (GUJARATI; PORTER, 2011).

O modelo que foi testado neste trabalho pode, então, ser visualizado como se segue:

$$P(\pi = 1|X_i) = \frac{e^{\alpha + \beta_1 p + \beta_2 d + \beta_3 \varphi + \epsilon}}{1 + e^{\alpha + \beta_1 p + \beta_2 d + \beta_3 \varphi + \epsilon}} \quad (2)$$

Sendo  $X_i = p + d + \varphi$

Tal formalização permite destacar os dois pontos fundamentais salientados anteriormente. Primeiramente, a probabilidade de um país ter uma taxa de inflação acima da média ( $\pi = 1$ ) não é diretamente calculada com base na constante ( $\alpha$ ), nos parâmetros das variáveis explicativas ( $\beta_i$ ) e no termo de erro ( $\epsilon$ ). A inclusão do número de Euler ( $e$ ) converte os parâmetros em logaritmo natural, sem a qual a estimação de um modelo puramente linear poderia gerar resultados incongruentes e questionáveis<sup>9</sup>. Além disso, o modelo possibilita calcular a probabilidade de o evento ocorrer em relação à probabilidade de ele não ocorrer  $\frac{P}{(P-1)}$ . Melhor dizendo, habilita mensurar a razão de chance, identificando-se como cada variável explanatória influencia negativa ou positivamente as chances de  $\pi$  ser igual a 1.

## 4 Resultados e análise

Feitas essas considerações, na Tabela 2, seguem-se os resultados da estimação da equação [2]. Para os fins deste artigo, os coeficientes estimados (ou seja, os  $\beta$  da equação [2]) não são aqui muito instrutivos, dado que não podem ser linearmente associados à probabilidade de inflação. Por sua vez, os valores na última coluna representam como o aumento de uma unidade, em sua respectiva variável, afeta as chances da taxa de aceleração de preços de um país estar acima da média da amostra<sup>10</sup>.

A começar pelo regime político, observa-se que o aumento de um ponto na escala de democracia Polity2 está associado à redução de 10,2% das chances do nível geral de preços ser alto. Sendo isso verdadeiro a 99% de nível de confiança, a hipótese de trabalho (H1) não

<sup>9</sup> Por exemplo: a probabilidade de inflação estimada para um país poderia ultrapassar o intervalo de 0% a 100%, o que não faz sentido.

<sup>10</sup> Para se chegar a essa cifra manualmente, calcula-se  $100(e^x - 1)$ . Em que  $e$  representa o número de Euler ( $\cong 2,718281828459045235360287$ ) e  $x$  representa o valor do coeficiente.

é rejeitada, dado que, em média, nações mais democráticas têm maior chance de apresentar baixa taxa de inflação. Regimes democráticos são aqui caracterizados pela renovação cíclica de elites mediante sufrágio popular e pela existência de contestação pública. Partindo, então, do pressuposto de que a taxa de inflação é um tema sensível à população, em função da perda de poder de barganha, regimes democráticos lhe auferem um instrumento de punição aos partidos políticos que negligenciem o nível de preços. Ao lado de outros temas sensíveis, essa pauta também pode tornar-se rotineira no debate público e encaixar-se no rol de expectativas do cidadão a respeito do que seria um governo desejável, o que pode exercer pressão sobre os representantes políticos que temem não ser reeleitos.

Um ponto de potencial discordância, por outro lado, seria que o instrumento eleitoral não garante necessariamente vínculos de responsividade. Ou seja, desde a formação das preferências dos indivíduos até a formulação efetiva de políticas públicas, diversas circunstâncias se impõem, favorecendo ou desfavorecendo que a plataforma política eleita se concretize plenamente (POWELL, 2004). É razoável supor que essa seja uma realidade frequente em muitas situações, mas sua incidência tampouco invalida os achados nesse estudo. Com reforço dos resultados empíricos, acredita-se que o fator democrático, por si só, gera canais de pressão relevantes que, em média, induzem estruturalmente à atenuação da aceleração de preços, a despeito das situações mencionadas há pouco. Assim, a equação estimada revela aspectos dos sistemas sociais analisados, mas é incapaz de modelar o comportamento micropolítico dos cidadãos, ficando esse esforço a cargo de pesquisas a nível individual.

Também se pode destacar que a durabilidade do regime também produza um efeito estatisticamente diferente de zero a um nível alto de confiança. A cada ano adicional em que um país mantém seu regime político sem grandes mudanças, sua chance de ter uma taxa de inflação alta se reduz em 4,68%. Esse resultado era esperado partindo do pressuposto de que a estabilidade político-institucional cria um ambiente de maior previsibilidade no qual os indivíduos podem ancorar melhor suas expectativas. Esse componente expectacional favorável é importante na medida em que os indivíduos buscam se defender, de maneira menos agressiva, das incertezas políticas e econômicas através do aumento dos preços de bens e serviços.

O nível de independência do Banco Central, por sua vez, não aparenta ter relação alguma com a taxa de inflação, dado que seu coeficiente não foi estatisticamente diferente de zero. Anteriormente, a introdução desse fator como variável de controle foi justificada pelo papel que os bancos centrais independentes desempenham na condução técnica de uma política de estabilização de preços. Sem essa variável, poderia haver um viés na mensuração do coeficiente de Polity2. No entanto a relação entre tais burocracias e o nível de preços não é verificada. Há, portanto, que se considerar que a independência possa ser condição necessária, mas não suficiente. De todo modo, o estudo não encontra evidência para o argumento de Anderson (2001) segundo o qual a independência dos bancos centrais também produziria um efeito expectacional favorável, sendo que os atores econômicos poderiam melhor apoiar suas expectativas sabendo que as autoridades monetárias possuem rotinas previsíveis e livres de choques políticos.

Quanto ao ajuste do modelo, vale destacar os resultados do teste Hosmer-Lemeshow. Esse teste é indicado para verificar se há uma correspondência entre as probabilidades preditas

e os valores reais do banco de dados. Aqui, a hipótese nula de que essa correspondência existe não foi rejeitada, tal como seu p-valor revela, sugerindo um ajuste minimamente razoável do modelo. Também não se encontraram indícios de multicolinearidade: as variáveis independentes não apresentam forte correlação entre si.

Tabela 2 – Resultados da estimação da equação [2]

Variáveis	Observações	Coefficientes	Razão de chance
$p$	134	-0,108 *** (0,040)	-10,2% *** (0,036)
$d$	134	-0,048 *** (0,013)	-4,68% *** (0,013)
$\varphi$	134	-0,047 (0,196)	-4,62% (0,187)
Constante ( $\beta_0$ )	—	0,166 * (0,933)	18% * (1,366)
Teste Hosmer-Lemeshow	Qui-quadrado 1,86	Graus de liberdade 8	P-valor 0,985

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota: \*  $p$  - valor < 0,1; \*\*  $p$  - valor < 0,05; \*\*\*  $p$  - valor < 0,01  
Os valores em parênteses representam os erros-padrões robustos de cada parâmetro.

Antecipando algumas possíveis objeções aos casos contemplados no banco de dados, alguns testes adicionais foram conduzidos para conferir robustez ao modelo. Pode-se objetar, por exemplo, contra a inclusão de países como Líbia, visto que apresentam o valor 0 na variável Polity2, isto é, por representarem uma condição de interregno ou intervenção externa. Além disso, identificou-se no banco de dados que a taxa de inflação da Eritreia foi de -22% para o ano de 2016, um valor curioso para o país. Em se tratando possivelmente de um dado oficial coletado pelo Fundo Monetário Internacional, essa taxa pode estar suscetível a erros de mensuração pelas instituições do país de origem. Apesar disso, as estimações apresentadas acima mostraram-se robustas à exclusão desses três países em termos de significância, de magnitude e do sinal dos efeitos mensurados<sup>11</sup>.

## 5 Considerações finais

O presente artigo busca lançar luz sobre os vínculos entre regime democrático e taxa de inflação a partir de uma abordagem quantitativa. Mediante a construção de um modelo de regressão logística, é testada a hipótese ( $H_1$ ) de que instituições democráticas reduzem as chances de inflação alta. A análise dos resultados conclui que democracias não só estão associadas a uma aceleração mais baixa dos preços, mas também que a estabilidade das instituições políticas (a despeito da natureza do regime) também produz o mesmo efeito, ainda que em menor proporção.

<sup>11</sup>Esses resultados podem ser solicitados diretamente ao autor.

Não obstante, observa-se que a independência do banco central, por si mesma, não contribui para se atingirem níveis de preços mais moderados.

Tendo em vista essas estimativas, é importante considerar suas aplicações políticas. Se instituições democráticas, por um lado, contribuem para a estabilização dos preços, também é verdade que descontinuidades muito bruscas no regime político ocasionam o efeito contrário. Conforme sugerem os resultados da pesquisa, à medida que um sistema político persiste no tempo, a incidência de inflação alta tende a ser menor.

Uma primeira interpretação afirmaria que reformas democratizantes devam ser aplicadas de maneira incremental. Segundo essa suposição, rupturas menos agressivas seriam produzidas à estabilidade institucional e permitiriam que a população se acostumasse com as novas regras do jogo. Contudo processos de reforma política raramente são simples a ponto de serem conduzidos tão cirurgicamente, especialmente se as mudanças forem urgentes, como a passagem de um regime muito repressivo para um sistema mais transparente e aberto. De fato, o modelo sugere um *trade-off* entre mudança e estabilidade para a estabilidade de preços, mas o contexto político é de primeira importância para se pensar reformas. Não obstante, uma vez que uma democracia haja se consolidado, preservar sua estabilidade torna-se importante a longo prazo.

Se democracias induzem uma menor taxa de inflação, isso pode ser atribuído à capacidade dos cidadãos de punir representantes que descuidem do nível de preços. Assim como Fenira (2014), este trabalho não sustenta o argumento de que o eleitor mediano tende a optar pela provisão de bens e serviços públicos que sobrecarreguem o orçamento do Estado, aumentando a taxa de inflação. Primeiramente, o aumento dessa provisão não seria inflacionário em qualquer circunstância. Em segundo lugar, mesmo que isso fosse verdadeiro em algum momento, os eleitores teriam futuramente a oportunidade de favorecer uma agenda de estabilização de preços, caso avaliassem que a taxa de inflação houvesse atingido um patamar proibitivo. Um terceiro ponto é que, em termos prospectivos, também se pode conjecturar que representantes sintam-se pressionados, por diversos setores, a evitar a deterioração do poder de compra. A transparência, o debate público e mesmo setores influentes podem contribuir para tornar o partido incumbente ciente de que o aumento generalizado é prejudicial à sua recandidatura.

Finalmente, é admissível que, em regimes autoritários, também haja alguma preocupação com a estabilidade dos preços. Mas o argumento central deste trabalho é de que, em média, os mecanismos democráticos proporcionam maiores estímulos para essas condições favoráveis. Inversamente, espera-se que, em regimes autoritários, não haja uma estrutura *a priori* que torne os governantes consideravelmente mais sensíveis a demandas populares, possibilitando maior incidência de comportamentos predatórios e desequilíbrios de preços.

## Referências

ACEMOGLU, Daron *et al.* Democracy does cause growth. *NBER Working Paper*, n. 20004. Cambridge, Mass: National Bureau of Economic Research, Mar. 2014. Disponível em: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w20004/w20004.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w20004/w20004.pdf). Acesso em: 27 out. 2020.

ANDERSON, Liam. The implications of institutional design for macroeconomic performance: reassessing the claims of consensus democracy. *Comparative political studies*, v. 34, n. 4, p. 429-452, 2001.

CANES-WRONE, Brandice; PARK, Jee-Kwang. Electoral business cycles in OECD countries. *American Political Science Review*, v. 106, n. 1, p. 103-122, 2012.

DAHL, Robert. *La poliarquía: participación y oposición*. Madri: Tecnos, 2002.

DIERMEIER, Daniel; KREBIEHL, Keith. Institutionalism as methodology. *Journal of Theoretical Politics*, London, v. 15, n. 2, p. 123-144, 2001.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

DOVI, Suzanne. Political representation. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Stanford, ago. 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/political-representation/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FENIRA, Mohamed. Democracy: a determinant factor in reducing inflation. *International Journal of Economics and Financial Issues*, v. 4, n. 2, p. 363-375, 2014.

FITTIPALDI, Italo *et al.* Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina? *Revista de Sociologia & Política*, v. 25, n. 62, p. 115-129, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n62/0104-4478-rsocp-25-62-0115.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

GUJARATI, Damodar; PORTER, Dawn. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2011.

GURR, Ted; JAGGERS, Keith; MARSHALL, Monty. *Polity IV Project: Dataset Users' Manual*, 2017. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/inscr/p4manualv2017.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. *The fundamentals of political science research*. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2018.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 23-46, 2013.

MENEZES, Rafael; SAIANI, Carlos; ZOGHBI, Ana. Demanda mediana por serviços públicos e desempenho eleitoral: evidências do modelo do eleitor mediano para os municípios brasileiros. *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 1, p. 25-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ee/v41n1/02.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 2, 11 – 27, jul./dez. 2020

NORTH, Douglas. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

POWELL, Bingham. The chain of responsiveness. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, p. 91-105, 2004.

RESENDE, André. *Juros, moeda e ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. São Paulo: Portfolio Penguin, 2017.

RIBEIRO, Andrea. Práticas de política econômica: um teste das atas do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (2003-2014). *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 64, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782017000400099](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000400099). Acesso em: 27 out. 2020.

RODRICK, Dani; WACZIARG, Romain. Do democratic transitions produce bad economic outcomes? *American Economic Review*, v. 95, n. 2, p. 50-55, 2005.

SAKURAI, Sergio. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Revista Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612009000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000100002). Acesso em: 27 out. 2020.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

KAR, Sabyasachi *et al.* Democracy versus dictatorship? The political determinants of growth episodes. *Faculty Research Working Paper Series*, n. 9, 2017.

SHEPSLE, Keneth. Estudiando las instituciones: algunas lecciones del enfoque de la elección racional. *Revista Uruguay de Ciencia Política*, Montevideu, v. 16, n. 1, p. 15-34, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-499X2007000100003&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-499X2007000100003&script=sci_abstract). Acesso em: 27 out. 2020.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e representação. *Lua Nova*, n. 67, p. 105-138, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 27 out. 2020.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo. *Introdução à Economia*. 4. ed. São Paulo: Frase Editora, 2000.